## **PODER LEGISLATIVO**



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

PROJETO DE LEI

Nº 105/2025

AUTORES: DEPUTADO ALEXANDRE CURI

**EMENTA**:

ALTERA A LEI Nº 17.826, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO E A MANUTENÇÃO DO TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA A ENTIDADES NO ESTADO DO PARANÁ.



## Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

#### PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 105/2025

Art. 1º O inciso III do art. 1°, da Lei n° 17.826, de 13 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a

Altera a Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná.

seguinte redação: III – ter como finalidade: a) a assistência social; b) a educação; c) a cultura; d) a saúde; e) a pesquisa científica; f) o esporte; g) a proteção ao meio ambiente; h) a proteção animal; i) a segurança alimentar e nutricional; j) a defesa, a preservação e a conservação do meio ambiente, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável; k) o voluntariado;

I) o desenvolvimento econômico e social, bem como o combate à pobreza;



#### Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

- m) a experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioeconômicos e sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- n) a promoção dos direitos estabelecidos, a efetivação de novos direitos e a assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
  - o) a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais;
- p) o estudo, a pesquisa, o desenvolvimento de tecnologias alternativas, a inovação, a produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos relacionados às atividades mencionadas neste artigo;
- q) os estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte.
  - Art. 2°Acrescenta os §§ 3° e 4° ao art. 1° da Lei n° 17.826, de 2013, com a seguinte redação:
- §3° As atividades desenvolvidas pelas entidades devem ser de comprovado interesse público, e os serviços prestados de forma perene e efetiva à coletividade, nos termos do respectivo Estatuto.
- §4º A exigência prevista no inciso IV deste artigo não impede a remuneração de dirigentes estatutários que exerçam funções na gestão executiva da entidade, respeitando-se como limite máximo os valores praticados no mercado da região correspondente a sua área de atuação, fixado em Assembleia Geral e registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso de fundações.
  - **Art. 3º** O inciso VI do art. 2ºda Lei nº 17.826, de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:
- VI declaração do presidente da instituição, com firma reconhecida em cartório ou com certificação digital, atestando que os dirigentes estatutários não são remunerados, ou, caso recebam remuneração pelo exercício



#### Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

de funções na gestão executiva da entidade, cópia da ata da Assembleia Geral que aprovou a remuneração, nos termos do §4° do art. 1° desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 07 de março 2025.

# ALEXANDRE CURI Deputado Estadual

## **JUSTIFICATIVA**

A presente proposição visa atualizar a legislação estadual para permitir a remuneração de dirigentes que exerçam funções executivas em Organizações da Sociedade Civil (OSCs) sem fins lucrativos. A medida alinha-se às normativas federais, como as Leis nº 9.790/1999 e nº 13.019/2014, que reconhecem a necessidade de profissionalização da gestão dessas entidades, especialmente diante do aumento das exigências para a celebração de parcerias com o poder público.

A profissionalização da administração dessas organizações fortalece a transparência e a eficiência na execução de projetos de interesse social, sem comprometer sua finalidade beneficente. A legislação federal já estabelece critérios e limites para essa remuneração, garantindo que os valores sejam compatíveis com os praticados no mercado e devidamente regulamentados, de modo a preservar o caráter sem fins lucrativos das instituições.

Dessa forma, a proposta confere maior segurança jurídica às entidades que atuam no Estado do Paraná, permitindo que profissionais qualificados possam se dedicar integralmente à gestão dessas instituições. O aprimoramento da governança das OSCs contribuirá para a continuidade e qualidade dos serviços prestados à sociedade, justificando a necessidade e a importância da aprovação desta iniciativa.



#### Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

Além disso, a proposição amplia o rol de finalidades reconhecidas para a concessão do Título de Utilidade Pública Estadual, incluindo atividades igualmente essenciais ao desenvolvimento social e à promoção dos direitos fundamentais. Essa ampliação fortalece as organizações que desempenham funções de interesse público, garantindo maior reconhecimento e apoio institucional para que possam reforçar suas ações em benefício da coletividade.



#### **DEPUTADO ALEXANDRE CURI**

Documento assinado eletronicamente em 10/03/2025, às 11:09, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **105** e o código CRC **1D7A4B1D3C7F5FB** 



#### Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

## INFORMAÇÃO Nº 504/2025

Informo que esta proposição foi apresentada na Sessão Ordinária do dia 10 de março de 2025 e foi autuada como Projeto de Lei nº 105/2025.

Curitiba, 10 de março de 2025.

#### Camila Brunetta Mat. 24.523



#### **CAMILA BRUNETTA SILVA**

Documento assinado eletronicamente em 10/03/2025, às 16:58, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **504** e o código CRC **1D7F4A1F6B3A6FF** 



## Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

## INFORMAÇÃO Nº 546/2025

Informo que, revendo nossos registros em busca preliminar, constata-se que a presente proposição não possui similar nesta Casa.

Curitiba, 11 de março de 2025.

#### Danielle Requião Mat. 24.525



#### **DANIELLE REQUIAO**

Documento assinado eletronicamente em 11/03/2025, às 10:37, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **546** e o código CRC **1B7B4F1F7A0D0CE** 



#### Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

#### **DESPACHO - DL Nº 275/2025**

Ciente;

Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça.

## Dylliardi Alessi Diretor Legislativo



#### DYLLIARDI ALESSI

Documento assinado eletronicamente em 18/03/2025, às 10:02, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **275** e o código CRC **1C7C4C1E7A0B3FF**